TL98-5

IV JORNADAS DE TIMOR DA UP

TEMA IV

FORMAS DE ALCANÇAR A PAZ E PREPARAR O FUTURO

Mário Lemos Pires

O Instituto da Cultura Luso-Timorense

IV JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

"O INSTITUTO DA CULTURA LUSO-TIMORENSE"

Por Mário Lemos Pires
ex-Governador de Timor

1. Os interesses portugueses

Muito se fala, se comenta e se assume em nome das obrigações portuguesas no processo inacabado da descolonização de Timor, o que parece correcto e necessário, tão evidentes elas são no plano moral, histórico e político. No âmbito político essas obrigações são mais objectivamente vinculadas pelo estatuto de potência administrante, repetidamente reclamado por Portugal e especificamente aceite pela ONU e pelas disposições constitucionais livremente optadas pelos portugueses.

Mas convem acrescentar, sem subterfúgios, até porque este aspecto raramente é abordado, que terminar este processo (que se mantém teimosa e criminosamente interrompido pela Indonésia) com justiça e dignidade, no respeito pela identidade cultural da Nação Timorense, é do interesse do nosso país. Na realidade, a preservação e o aprofundamento da presença da cultura portuguesa na identidade e individualidade do Povo de Timor Leste, dá dimensão acrescida à projecção portuguesa no Mundo, aumenta o seu património cultural, promove o seu prestígio internacional e, por isso, robustece o seu potencial estratégico e o seu poder regional.

Não se constituindo Timor Leste num interesse vital português porque não se conota directamente com a sobrevivência de Portugal como Nação livre e independente, é, com certeza, um interesse de importância relevante na medida em que contribui, como já referimos, para a dimensão, dignidade e prestígio portugueses naquelas longínquas paragens e cuja presença cultural, ameaçada agora pela

estratégia genocida de Jakarta, se mantém ainda na "resistência" vivida pelo Povo timorense. Trata-se, pois, de um interesse político, estratégico, de raiz histórica, "um interesse significativo", e onde o emocional, o afectivo e a solidariedade do povo português assume uma componente que lhe dá tal grandeza espiritual que, se for plenamente assumida, pode transformar Timor Leste num interesse vital português.

2. Os interésses timorenses

Os timorenses de Timor Leste enformaram e reforçaram a sua identidade em desvio permanente dos povos da área e também da outra metade da ilha, temperada pela cultura cristã e portuguesa que a Igreja Católica com persistência e aceitação foi desenvolvendo e que a Administração Portuguesa influenciou, mormente neste século, após as campanhas de pacificação. A religião, a língua, os símbolos de que se destaca a Bandeira, os ritos, os costumes e as normas que o contacto e o relacionamento com os portugueses proporcionaram, foram absorvidos e entrozados com a cultura própria tornando-se vínculo de coesão, da aglutinação, elementos tornados imprescindíveis do traço comum e da individualidade da lentamente gerada Nação Timorense.

Não se trata de os timorenses terem a cultura portuguesa ou a cultura dos portugueses mas sim de, pacífica e voluntariamente, terem incluído na sua cultura, com vocação nacional, elementos significativos da cultura portuguesa que se tornaram essenciais não só para a sua identidade mas para a sua individualidade.

Este aspecto da individualidade do Povo de Timor Leste marcado pela aculturação portuguesa, tem vindo a sobressair, ao longo destes dezassete anos de ocupação, como interesse nacional vital timorense. Porventura de forma inflaccionada, mas compreensível, pela força da necessidade de confrontar a manobra opressiva de integração indonésia, em especial o

genocídio cultural, tornando-se, assim, a identidade e individualidade cultural uma opção de sobrevivência da Nação Timorense.

Esta opção foi assumida, embora de forma mais branda, logo em 1974, pelos incipientes partidos políticos timorenses, neles incluindo a APODETI que preconizava a integração mas com autonomia.

A realidade de uma cultura distinta da Indonésia, em que a diferença assenta na aculturação portuguesa parece ser também reconhecida pelo Governo Indonésio que, apesar da obstinada relutância em largar de mão a anexação, mostrou já indícios de aceitar a presença portuguesa com maior liberdade, como eventual preço a pagar por uma solução política.

3. Interesses convergentes

Assim preservar, aprofundar e revigorar a cultura do Povo de Timor Leste, num quadro de aculturação portuguesa, é não só uma forma operacional de resistência ao genocídio cultural indonésio como um caminho pacificamente escolhido pelos timorenses no âmbito da primazia dos seus interesses nacionais vitais e constitui para Portugal um interesse nacional significativo, que transcende o próprio caso de Timor.

Por isso é um interesse convergente de portugueses e timorenses e que, certamente, desperta a curiosidade e o apoio dos PALOP pelo significado profundo que, para eles, este assunto confere. Também tem a aceitação dos políticos portugueses e timorenses e a solidariedade afectiva e emocional das respectivas sociedades civis, não se constitui em agressão para o poder ocupante nem para terceiros, embora contrarie a actual manobra estratégica da anexação.

Preservar a cultura luso-timorense é, pois, uma actividade de consenso, desejada, lógica, útil e necessária. E é viável, está ao nosso alcance quer como potência administrante quer como parceiro cultural. Acresce, ainda, que o aprofundamento da cultura luso-timorense favorece e

facilita o conhecimento e o diálogo entre os portugueses e os timorenses, com vantagens tácticas imediatas óbvias e uma profunda capacidade de gerar soluções duradouras de enriquecimento mútuo.

4. Criar o Instituto da Cultura Luso-Timorense

A cultura não se programa, não se inventa, não se impõe. Pelo contrário, ela é o resultado do somatório da vida de um povo identificado, num metabolismo espiritual de absorção de valores, história, de usos e costumes do anterior praticados, de um acrescentar integrado de novas formas, sempre numa continuada construção da sociedade futura, em que o elemento nuclear e mais transcendente é a cultura até ao momento assumida.

Por isso, a cultura gera-se na sua vivência do dia a dia e a cultura luso-timorense faz-se e revivifica-se se for objecto de vivência constante de portugueses e timorenses. As jornadas, os colóquios, os encontros, os artigos, os versos, os estudos, as dissertações, as danças, a música, os espectáculos, os filmes, a leitura, etc., etc., são formas de viver e fazer progredir e engrandecer essa cultura.

Mas é igualmente importante que, a par desta vivência, exista uma forma organizada, institucionalizada que promova e garanta o registo, a consulta e a difusão dos documentos da cultura, que proporcione convergência de acções de reflexão, de debate e de entendimento da cultura luso-timorense. Uma forma objectiva desta institucionalização é a criação do INSTITUTO DA CULTURA LUSO-TIMORENSE, organizado e gerido a partir da sociedade civil portuguesa, apoiada pelo Estado Português e por cidadãos timorenses. A finalidade deste Instituto seria, naturalmente, a de preservar e aprofundar a cultura luso-timorense, e poderia ser dirigido por uma entidade nacional de reconhecido prestígio conjuntamente com um grupo de "homens bons", entusiastas e conhecedores do património cultural em causa e da problemática do caso de Timor.

Logo que conseguido um mínimo de capacidade (estatutos, instalações e estrutura) poderia de imediato alargar a sua acção criando uma (ou várias) Delegação na Austrália junto da comunidade timorense e, logo que possível, iniciar diligências para a criação de uma Delegação em Timor Leste.

Já há dois anos, nas II Jornadas de Timor Leste na Universidade do Porto, em Abril de 1990, tive ocasião de fazer uma proposta semelhante a esta e que referi de novo nas III Jornadas, em 1991. A ideia, que me pareceu de aceitação generalizada, não provocou, até agora, iniciativas com vista à sua concretização.

Creio, entretanto, que o momento é especialmente propício quer pela urgente necessidade de resistir ao genocídio cultural dos indonésios quer pela sensibilização e disponibilidade da sociedade civil portuguesa e da sua maior aproximação recente aos timorenses. A constituição de uma "Comissão Promotora do Instituto da Cultura Luso-Timorense", com a missão de criar as condições para o arranque do Instituto, poderia ser gerada durante estas IV Jornadas.

Aqui se regista este voto de esperança, aqui se lança o desafio.